

ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS SOB O PRISMA DA ADI 4277, ADPF 132 E RESOLUÇÃO Nº 175 DO CNJ.

Amanda Silva e Sá*

Teodolina Batista da Silva Cândido Vítório**1

RESUMO

O tema em estudo, adoção por homoafetivos, vem recebendo diversas interpretações no que tange aos critérios social, filosófico, normativo e jurisprudencial. Com o advento da ADI 4277 e ADPF 132 em 2011, muito já se comemorava em relação à garantia dos direitos dos casais homoafetivos, reconhecidos como instituição familiar através da união estável. Mas foi com a Resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013 e a imposição aos cartórios à oficialização do casamento e conversão de união estável em casamento, é que se descortinou uma nova realidade para esses pares. Com o direito ao casamento, todos os direitos afeitos à celebração desse contrato passaram a ser resguardados, inclusive a adoção. O presente trabalho visa retratar

* Especialista em Direito e Processo Civil pela Universidade Cândido Mendes – UCAM-RJ/2016. Especialista em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ/2012. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera-MS/2011. Especialista em Marketing pela Universidade Gama Filho – UGF-RJ/2010. Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce – FADIVALE-MG/2006. Professora da Graduação da Faculdade Pitágoras e da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC em Governador Valadares com as disciplinas Direitos Humanos, Direito do Consumidor e Direito Tributário. Advogada e Consultora Jurídica militante.

** Pós-Doutora em Direito pela Università degli Studi di Messina, Itália (2015). Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais -PUC/MG (2011). Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho -UGF/RJ (2001). Pós-graduada em Direito Público pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce -FADIVALE (1993). Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil pela FADIVALE (1995). Capacitação em Gestão Universitária pela Universidade do Vale do Rio Doce - UNIVALE (1997). Graduada em Direito pela FADIVALE (1990). Graduanda em Teologia pela Escola Superior do Espírito Santo - ESUTES. Membro da Amnesty International (Anistia Internacional). Membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Governador Valadares-MG (2013/2015). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família-IBDFAM. Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da FADIVALE. Membro do Conselho de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil – 43ª Subseção/MG. Professora da Graduação e da Pós-graduação da FADIVALE. Assessora da Coordenação do Curso de Direito da FADIVALE. Consultora Jurídico-pedagógica. Advogada integrante do Escritório "Silva Vítório Sociedade de Advogados". Autora de artigos jurídicos. Autora dos livros: "DANO MORAL: Princípios constitucionais"; "ATIVISMO JUDICIAL: Uma nova era dos direitos fundamentais"; DIREITO EM PERSPECTIVA"(obra coletiva).

a evolução do tema diante do novo panorama que se traçou em decorrência das mudanças normativas em análise. Pretende, ainda, avaliar seus reflexos tanto do ponto de vista da sociedade em geral, dos adotantes e dos adotandos. Esta abordagem pauta-se no estudo dos aspectos jurídicos à luz da legislação nacional, finalidade, natureza jurídica do instituto da adoção e seus princípios; bem como revela a origem da prática homoafetiva pelos gregos até os dias atuais; ainda aponta o preconceito e agressão sofridos pelos homoafetivos de forma gratuita. Prossegue com a interpretação normativo-social acerca da adoção por casais homoafetivos sob o prisma da ADI 4277, ADPF 132 e Resolução nº 175/13 do CNJ. Este relato revela que seu aspecto fundamental encontra-se nos princípios constitucionais que garantem a dignidade e a igualdade de tratamento entre os cidadãos, o bem estar do menor e o gozo de seus direitos uma vez garantidos por lei em detrimento ao preconceito da coletividade; assim como o acompanhamento da evolução social pelo judiciário e não o oposto, ressaltando a inovação normativa e jurisprudencial no que tange à viabilidade da celebração de casamento por casais do mesmo sexo em conjunto ao direito à adoção, em prejuízo da cristalina estagnação social acerca do assunto calcada em nítido preconceito.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção; casais homoafetivos; menor; inovação normativa; preconceito.

ABSTRACT

The subject studied, adoption by homoafectives, has been getting many interpretations about the social, philosophical, normative and in case-laws. The advent of Direct Unconstitutionality Action (ADI) number 4277 and the Request for Non-compliance of Basic Principles (ADPF) number 132 in 2011, long ago had celebrated due to the guarantee on the homoafective couples rights, acknowledged as a familiar institution through the stable union. However, it was with the Resolution number 175 from the National Justice Council (CNJ) in 2013 and the legal enforcement to the registry offices in making official the marriage and the conversion from stable unions to marriages when a new reality could be seen, then. With the right to marriage, all the rights related to the celebration of this contract turned guaranteed, including the adoption. This present paper aims to reveal the evolution on this topic according to the new overview that has emerged due to normative

changes in analysis. It intends, also, to assess its reflections from a general society, adopters and adopted standpoints. This approach is based on the law aspects studies under the national legislation, purpose, legal nature of the adoption institute and its principles; as reveals the origin of the homoafective practice by the Greek up to nowadays; yet points out the prejudice and aggression suffered by homoafectives without any justifiable reason. It keeps on a social-normative interpretation around the adoption by homoafective couples under the Direct Unconstitutionality Action (ADI) number 4277, the Request for Non-compliance of Basic Principles (ADPF) number 132 and the Resolution number 175 from the National Justice Council (CNJ). This report shows that its fundamental aspect is found on the Constitutional principles which guarantee the dignity and equity treatment among the citizens, the minor well-being and its rights enjoyment once assured by law to the detriment of the social prejudice; as the social evolution is assisted by the judiciary and not the opposite, emphasizing the normative and case-laws innovation around the same sex marriage possibility with the right to adoption, against the clear social stagnation about the issue based on distinct prejudice.

KEYWORDS: Adoption; homoafective couples; minor; normative innovation; prejudice.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES. 2 ADOÇÃO: CONCEITOS. FINALIDADES. NATUREZA JURÍDICA. 3 VISÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA ADOÇÃO. 4 HOMOAFETIVIDADE: CONCEITOS. EVOLUÇÃO HISTÓRICA. HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. DESAFIO À CONSCIÊNCIA SOCIAL. 5 NOVAS ENTIDADES FAMILIARES: O NOVO PANORAMA DA FAMÍLIA HOMOAFETIVA SOB O PRISMA DA ADI 4277, ADPF 132 E RESOLUÇÃO Nº 175 DO CNJ. 6 ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS NUMA VISÃO SOCIOLÓGICA E FILOSÓFICA. 7 A LEITURA CONSTITUCIONAL, NORMATIVA E JURISPRUDENCIAL ACERCA DO TEMA. 8 ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS NO DIREITO COMPARADO. 9 PRINCIPAIS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS: QUADRO COMPARATIVO. 10 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A homoafetividade vem adquirindo transparência e, lentamente, obtendo aceitação social. É notável o número de pessoas que estão assumindo sua orientação sexual e, em contrapartida, sendo impedidas de gozarem dos direitos que o Estado concede a todos, garantidos pelos princípios constitucionais.

A partir desta realidade, o estudo da adoção por casais homoafetivos se faz oportuno por tratar de um tema atual e polêmico que tem trazido transtornos à coletividade que, apesar do atual entendimento normativo que já se revela através do judiciário garantir os direitos dos casais de mesmo sexo, apresenta em grande parte uma ideologia conservadora que se recusa a identificar a melhor solução, desconsiderando o melhor interesse do menor.

Sendo assim, questiona-se: a resistência à adoção por casais homoafetivos é resultante de um veto legal ou de um preconceito social? É a partir deste ponto que todo este trabalho passa a fazer sentido com base na análise da adoção por casais de mesmo sexo no que tange à criança e ao adolescente; na verificação da disposição normativa e seus requisitos concernentes ao tema a partir da análise de sua evolução até o presente momento; na identificação dos princípios constitucionais, bem como sua efetividade acerca do tópico abordado; e ainda a busca pelas razões para a aceitação ou rejeição da adoção por parte da sociedade, ainda suas consequências para com o menor.

Tal assunto é merecedor de atenção especial, pois a relutância em conceder adoções exclusivamente pela orientação sexual acaba impedindo que expressivo número de crianças seja subtraído da marginalidade e do abandono, quando estas poderiam gozar dos direitos já adquiridos e de merecidos cuidados.

Tendo em vista a atual posição do Supremo Tribunal Federal que considera a união homoafetiva uma entidade familiar, e a Resolução nº 175/13 do Conselho Nacional de Justiça que impõe aos cartórios a oficialização do casamento aos casais de mesmo sexo, tem-se por legítimo também o que tange à adoção pelo casal homoafetivo no gozo de seus direitos como família, em tese protegida de qualquer resistência jurídica à decisão de adotar.

Foram utilizadas neste trabalho pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se de jurisprudências e reportagens que retratam a situação atual da adoção por

casais homoafetivos no país. Foram, ainda, considerados aspectos relativos ao objeto de estudo, analisando, classificando e interpretando o Direito.

2 ADOÇÃO: CONCEITOS. FINALIDADES. NATUREZA JURÍDICA

A adoção é considerada um instrumento de filiação fictícia ou civil, inspirada na filiação natural. Esta última conta com a possibilidade física e biológica do casal constituir uma família vindo a conceber filhos, fruto do relacionamento conjugal. Já a filiação civil, como ensina Caio Mário, “é o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim” (PEREIRA, 2010, p.213).

Em tempos mais remotos, gerar filhos era condição imprescindível do casal, razão pela qual a adoção tornou-se uma solução para eventuais problemas de esterilidade.

Atualmente, o instrumento da adoção é considerado um negócio jurídico unilateral e solene, ou seja, exige a vontade da parte em adotar e uma forma a ser seguida como pressuposto de validade e eficácia do ato. Tem como causa a manifestação de vontade de alguém que tem interesse em iniciar uma relação afetiva entre si e uma outra pessoa que será considerada juridicamente como filho legítimo, sem distinção alguma, mesmo que inexistir o vínculo biológico.

A regulamentação jurídica encontra-se diferenciada pelo fator idade, sendo assim, o Código Civil (BRASIL, 2017a) reza que a adoção de crianças e adolescentes será regida pelo ECA, além disso, o artigo 1.619 do CC estabelece que a adoção dos maiores de 18 anos será regida, no que couber, pelo regime do ECA (BRASIL, 2017b). Com o advento da Lei 12.010/09, somente 3 artigos do Código Civil tratam do instituto da adoção, sendo eles o 1.618, 1.619 e 1.620, estando revogados os demais.

A adoção não se dará por procuração, por ser ato pessoal, e só poderão adotar aqueles com idade mínima de 18 anos, desde que haja a diferença de pelo menos 16 anos entre adotante e adotado. Os procedimentos impostos pelo ECA e C.C. deverão ser respeitados: o estágio de convivência, mesmo que opcional em alguns casos, acontecerá desde que a criança tenha mais de um ano de idade, e é imprescindível para a adoção por estrangeiros, por no mínimo 30 (trinta) dias. O consentimento dos pais e do adotando, se tiver alcançado 12 anos de vida ou mais,

é essencial. No entanto, se os responsáveis forem destituídos do poder familiar, estes serão dispensados.

O instituto da adoção tem como principal finalidade a constituição ou incorporação da célula familiar por meio da integração do adotado na família do adotante de forma legítima e sem reservas. Concede ainda, àqueles que não contam com a prerrogativa da concepção, seja mulher ou homem, uma oportunidade de formar uma família com o suporte e apoio do Estado. O bem-estar e interesse do adotando devem ser sempre avaliados de maneira absoluta, ou seja, constituem fator primordial e indispensável para o ato, com o objetivo de assegurar-lhe a assistência necessária.

A possibilidade de adotar uma criança na sociedade atual tem trazido para inúmeros casais que vivem o drama da infertilidade, assim como no passado, uma chance de se realizarem pessoalmente (MONTEIRO, 2009). O que antes era sonho passa a se tornar realidade ao perceberem que ainda existe uma oportunidade para constituírem uma família tal qual desejada.

Todavia, não só os adotantes são privilegiados por este instituto, mas também e, principalmente, quem será adotado. A expectativa de crianças e adolescentes que foram abandonados, que não conhecem seus pais, ou que simplesmente clamam pelo seio familiar é facilmente percebida quando este sonho se realiza. Cada dia se torna mais frequente o abandono de crianças recém-nascidas, seja em sacola de lixo lançada em uma lagoa, ou embaixo de automóveis, porta de residências desconhecidas e muitas outras situações que comovem e fazem com que a sociedade se sinta indignada a ponto de cativar cada vez mais o número de interessados pela adoção.

A natureza jurídica da ação de adoção passa por controvérsias dentre aqueles que a julgam ser originariamente contratual e outros que refutam esta ideia.

O fundamento da sua natureza contratual está na exigência da manifestação de vontade para a autenticidade deste negócio jurídico contratual, que é a adoção. Para os seguidores desta corrente, bem como a linha francesa tradicional (VENOSA, 2007) e o brasileiro Orlando Gomes (2010), a homologação não desclassifica o seu caráter contratual, mas é simplesmente um seguimento da formalidade exigida para sua eficácia entre as partes e perante terceiros. Concluem que o instituto da adoção tem, de fato, natureza contratual, contudo, não em caráter simples, afirmando-se que

“a adoção é contrato de direito familiar ainda nos sistemas que exigem a homologação judicial” (GOMES, 2010, p.372).

Ao considerar as normas contratuais como natureza jurídica do instrumento da adoção, questiona-se o procedimento acerca dos menores, já que será regido por lei especial, Estatuto da Criança e do Adolescente, e caberá intervenção ativa do Estado. Já Rodrigues (2004), Venosa (2007) e Pereira (2010), constituem uma outra vertente. Esta alega que por mais que a bilateralidade da vontade se iguale a um dos requisitos do contrato, não estão presentes as demais condições para sua eficácia e validade, e mesmo a liberdade das partes não se apresenta de forma plena no procedimento de adoção. Verdade é que a vontade do adotando nem sempre é expressa e necessária para que a adoção de fato ocorra, como se percebe nas adoções estatutárias, referentes especificamente aos menores. Isso se confirma quando o Estado se mostra intensamente presente, quando demanda, ao final, uma sentença judicial, esta que dará veracidade e legalidade ao ato, o que não depende mais da vontade das partes. Fato é que a imposição e interesse do Estado afastam qualquer indício de que a natureza jurídica da adoção tenha cunho contratual.

Tem-se, então, o cristalino e objetivo ensinamento de WALD (2004, p.200):

A legislação estatutária em conjunto com o novel Código Civil trazem a idéia de que o instituto da adoção tem a finalidade de constituição de família, norteadas pela solidariedade e auxílio-mútuo, às crianças e aos adolescentes que, após diversas tentativas, não mantiveram vínculo com seus pais biológicos.

3 VISÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA ADOÇÃO

A prática da adoção é percebida desde os primórdios, de forma singela e sem o aparato jurídico que hoje a circunda. Sabe-se do exercício deste instituto na Grécia, entre os povos orientais desde o Código de Manu e Hamurabi, e ainda sua propagação de forma especial no Direito Romano.

Os antigos praticavam a adoção visando dar continuidade ao culto familiar, visto que a falta de herdeiros causava para a família uma situação de desgraça perante a sociedade, pois não havia quem cultuasse a memória de seus familiares. O objetivo era simplesmente alcançar os interesses paternos, sem observar as reais vantagens para o adotando (MONTEIRO, 2009).

Duas eram as formas de adoção aceitas pelo Direito Romano: a ad-rogação e a adoção simples. A ad-rogação era a modalidade de adoção que abrangia o adotando e também os seus dependentes. A presença do poder público era indispensável, contava com o interrogatório dos interessados na adoção e com a anuência do povo manifestada em comícios. O vínculo entre o adotando e sua família original não se rompia. Já a adoção simples era a início uma prerrogativa masculina que perdeu sua força abrindo espaço e dando oportunidade ao público feminino com o passar do tempo. A manifestação de vontade das partes, exceto do adotando, eram pressupostos fundamentais para este tipo de instrumento, visto que um ritual de emancipação do incapaz seria feito pelo pai ou seu representante na presença do adotante. A adoção testamentária, representada por uma disposição de última vontade, substituíria o comício presente na ad-rogação pela presença do magistrado que lavraria o ato de adoção, desde que comparecessem o pai original, o pai adotivo e o adotando. A adoção por testamento tem repercutido em controvérsia entre os doutrinadores no que tange a sua classificação, pois há quem diga que esta é uma mera vertente da ad-rogação, e outros que a consideram uma nova forma de adoção reconhecida pelos romanos (PEREIRA, 2010).

Justiniano deu origem à adoção plena e à adoção *minus plena* no Direito Romano com o objetivo de imitar o instituto da adoção à filiação natural. A primeira era realizada entre parentes, a última, por sua vez, ocorria entre pessoas alheias à família natural, ou seja, dava-se entre desconhecidos. Observa-se que o adotado seria obrigatoriamente mais novo do que seu adotante e ainda não perderia contato e vínculo com a sua família de origem em ambos os casos (VENOSA, 2007).

O procedimento da adoção seguiu durante décadas sobrevivendo à invasão dos bárbaros com a finalidade de perpetuação do guerreiro, presente também no direito germânico, alcançando o ocaso na Idade Média por não ser compatível com as novas leis do direito canônico em virtude da religiosidade que se fundamentava na filiação pura, ou seja, apenas proveniente do matrimônio. Ressurge este instituto por influência de Napoleão na Idade Moderna. As novas leis criadas pela Revolução Francesa em 1789 abriam espaço para sua prática, o que levou à inclusão da adoção no Código de Napoleão de 1804. O Código Civil francês foi responsável pela evolução e difusão de tal procedimento à quase todos os ordenamentos jurídicos modernos. Os laços entre o adotando e sua família natural seriam rompidos e a posição de adotado já permitiria a sucessão do pai adotivo da mesma forma como o

seria com um filho biologicamente gerado, sendo ainda o pai natural destituído do pátrio poder (GOMES, 2010). PEREIRA (2015, p. 371) ensina que “entre os antigos, o princípio do instituto se deu com o dever de perpetuar o culto doméstico, reconhecendo a adoção com um ‘derradeiro recurso, como meio de escapar à desgraça tão temida de sua extinção’”.

A adoção na legislação brasileira se apresentava de forma não sistêmica, o que foi devidamente disciplinado com o advento do Código de 1916. Tal regimento tinha como objetivo suprir uma falta proveniente da natureza, ou seja, dar filhos a quem não tinha, com idade superior a 50 anos.

O processo de evolução iniciou com a Lei n. 3.133/57 alterando o escopo principal do instituto o qual antes era a satisfação do adotante em ter mais um membro em sua família (RODRIGUES, 2004). A partir de então, o adotado ganhou mais espaço tendo seus interesses inteiramente resguardados sob proteção do Estado. Mesmo assim, a sucessão hereditária não era assegurada na hipótese do pai adotivo já possuir filhos consangüíneos. Esta situação não perdurou por muito tempo, pois a Constituição de 1988 em seu art. 227, § 6º reza que “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. A Lei n. 4.655/65 foi também de grande valia que, como ensina Sílvia Rodrigues,

[...] tratava de um instituto que tirava algo da adoção e algo da legitimação, pois, como naquela, estabelecia um liame de parentesco de primeiro grau, em linha reta, entre o adotante e adotado e, como na legitimação, esse parentesco era igual ao que liga o pai ao filho consangüíneo (2004, p.337).

Com a Lei n. 6.697/79, a legislação brasileira passou a contar com dois novos tipos de adoção: simples e plena. A primeira gerava um parentesco civil e era revogável e as obrigações da família originária não desapareciam. A última, no entanto, permitia ao adotado fazer parte de uma nova família como sendo filho consangüíneo, ou seja, eram extintos todos e quaisquer vínculos com a família natural. Com a Lei n. 8.069/90, aperfeiçoada pela Lei n. 12.010/09, Estatuto da Criança e do Adolescente, todas as adoções seriam plenas, significa que todos os adotados passaram a adquirir a mesma posição de filhos que os biológicos possuíam. A oportunidade da adoção do nascituro, antes prevista pelo Código Civil de 1916 no art. 372 foi revogada, pois a adoção de menores será sempre realizada

com a assistência do Estado e o estatuto menorista impõe diversas formalidades para o feito perante estrangeiros, as quais seriam inviáveis sem o nascimento da criança (VENOSA, 2007).

Por fim, vigorando o Novo Código Civil, alterações importantes foram feitas, tais como: o adotante independente de estado civil ou possuir filhos, tendo mais de 18 anos já pode adotar um menor; homem ou mulher que sejam casados podem adotar de forma isolada, pois o consentimento do cônjuge não é exigido; a extinção do vínculo adotivo não pode ocorrer por mera manifestação das partes a não ser em causa de deserdação, bem como na filiação natural; e o consentimento do adotado passa a ser indispensável seja por ele ou por seu responsável legal nos casos em que este for incapaz ou nascituro (VENOSA, 2007).

4 HOMOAFETIVIDADE: CONCEITOS. EVOLUÇÃO HISTÓRICA. HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. DESAFIO À CONSCIÊNCIA SOCIAL.

Para plena compreensão do tema abordado neste estudo, faz-se necessária a conceituação do termo *homossexual*.

“O vocábulo *homossexual* tem origem etimológica grega, significando ‘homo’ ou ‘homoe’, que exprime a idéia de semelhança, igual, análogo, ou seja, homólogo ou semelhante ao sexo que a pessoa almeja ter” (DIAS, 2004, p.86).

De Plácido e Silva confirma a definição alegando que o homossexual é “toda pessoa que procura prazeres carnavais com pessoas do mesmo sexo” (2016). Ele vai mais além em suas definições acerca do homossexualismo, explicando que

[...] na Medicina Legal, é indicativo de anormalidade do instinto sexual do indivíduo, em virtude do que somente tem *inclinação sexual* ou *amorosa* para indivíduos de seu próprio sexo, muitas das vezes com repugnância ou aversão a seres do sexo oposto (2016);

classificando ainda o homossexualismo masculino como pederastia ou uranismo, e o homossexualismo feminino como safismo, tribadismo ou lesbianismo (SILVA, 2009).

Sodomia era o nome que se dava, no princípio, às relações entre indivíduos do mesmo sexo. Com a progressão no tempo, outro termo foi adotado, sendo ele *homossexualismo*. Cabe dizer que o último, tal qual define De Plácido e Silva, era considerado um transtorno sexual, portanto, esta terminologia foi também afastada,

já que o sufixo “ismo” que determinava doenças foi modificado e substituído por “dade”, dando origem à mais um vocábulo: *homossexualidade*, configurando o transtorno da preferência sexual. Com a evolução social, o termo *homoerotismo* deu lugar ao anterior, combatendo o aspecto pejorativo que antes dominava o tema, permitindo que se valorizasse o campo afetivo-sexual dos sujeitos em questão (DIAS, 2004).

Acerca do processo de conceituação do tema, conclui Maria Berenice Dias (2004, p.36):

[...] buscando subtrair o teor sexual dos vínculos interpessoais, acabei por criar o neologismo *homoafetividade*, para realçar que o aspecto mais relevante não é de ordem sexual. A tônica de todos os relacionamentos é a afetividade, e o afeto independe do sexo do par.

O berço cultural da sociedade ocidental teve origem na Antiguidade clássica configurada por Grécia e Roma. Considerada fato natural, a homossexualidade masculina e feminina para os gregos compunha um processo de cidadania do seu povo, associada às instituições militares, educacionais e religiosas. Nos termos de RODRIGUES (2004), “a homossexualidade masculina e feminina para os gregos compunha um processo de cidadania do seu povo, associada às instituições militares, educacionais e religiosas”. Roma também difundia a mesma ideia, mas para seu povo era meramente uma variante sexual sem o mesmo aspecto cultural que os gregos prezavam. Entre aqueles que gozavam desta opção estava Júlio César, o imperador.

Na Idade Média, com a dominação do cristianismo, a homoafetividade foi vista como prática reprovada considerada imoral, pecado e ainda comportamento que contrariava os dogmas e preceitos bíblicos, bem como em Gênesis 1:27-28 que é relatada a criação do homem e da mulher para serem fecundos e se multiplicarem, com o intuito único de proliferação da espécie; e Levítico 20:13 que condena os homens que se relacionarem sexualmente com outros homens.

De origem grega, proliferada pelos romanos e repugnada na Idade Média, a homoafetividade seguiu o caminho da prostituição em meados do século XIX nos Estados Unidos e na Inglaterra.

A partir de 1850, houve uma preocupação da classe médica europeia e brasileira acerca da proliferação de doenças por meio da prática homossexual. O que se discutia era a possibilidade da relação homoafetiva extraconjugal trazer

determinadas patologias para o seio familiar e contaminar a sociedade. Houve ainda a crença de que o homossexualismo era proveniente de um distúrbio psicopatológico. Tão somente em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria desclassificou a homoafetividade como doença sendo retirada do Código Internacional de Doenças –CID (SANTOS, 2017). A pesquisa sobre o tema foi avançando com os anos e finalmente em 1990, concluíram que não constituía doença física ou mental conquistando uma declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) que dizia “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” (PORTOWEB, 2017).

Na época da Alemanha nazista, os homossexuais eram perseguidos e assassinados. Muitos países apelavam para a pena de morte. Em Portugal, a homossexualidade foi considerada crime até o ano de 1982. Desde 2001, os casais homoafetivos estão protegidos legalmente pela União de Fato, mesmo que a adoção partilhada ainda lhes seja negada (ALMEIDA, 2009).

São três os grupos que dividem o mundo neste aspecto: os liberais, os conservadores e os moderados. Entre os liberais estão os países que já permitem o casamento civil e a adoção conjunta entre homossexuais, tais como a Bélgica, Espanha, Países Baixos, Dinamarca, Noruega, Holanda, Argentina e Canadá. Constituem a vertente radical, extremamente conservadora, os países de maior influência muçulmana, os quais executam a pena de morte. Fazem parte deste grupo o Paquistão, Irã, Afeganistão, Emirados Árabes, Arábia Saudita, Mauritânia, Nigéria, Iêmen, Egito e Sudão. Estão à frente da maior corrente, a moderada, os Estados Unidos e o Brasil, pois não dispõem de ordenamento jurídico que regule o assunto, mas têm debatido o tema mesmo que de forma lenta (LUSA, 2015).

Na década de 60, o movimento hippie no Brasil, encorajou o público homossexual a enfrentar o preconceito e a se assumir pela primeira vez. Desde então a homoafetividade passou a ser uma realidade social cada vez mais explícita.

Desde a instituição do SOMOS em 1979, um grupo de afirmação homossexual, diversos outros grupos e movimentos foram criados e difundidos em todo o Brasil. A Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (APOGLBT), famosa nacionalmente, foi fundada em 1999, São Paulo, como uma organização da sociedade civil em defesa da diversidade sexual e em busca da igualdade de direitos. Outras associações, grupos e movimentos também têm forte influência regionalmente e objetivam além da regularização judicial, a

inclusão social dos homoafetivos em geral por meio de capacitação de artistas e atividades culturais; palestras e oficinas em universidades, escolas e empresas; participação em comissões governamentais; conexão aos grupos de direitos humanos e movimentos sociais no país; e atuação crítica sobre a imprensa e políticos na abordagem do tema.

As batalhas contam com diversos obstáculos a serem transpostos, como a existência de grupos preconceituosos que manifestam intolerância aos marginalizados por meio da violência. No Brasil, as agressões são contínuas e incessantes por descaso das autoridades em não considerarem verídicas as denúncias sobre a discriminação a homossexuais desde 1996, segundo representantes do grupo-alvo.

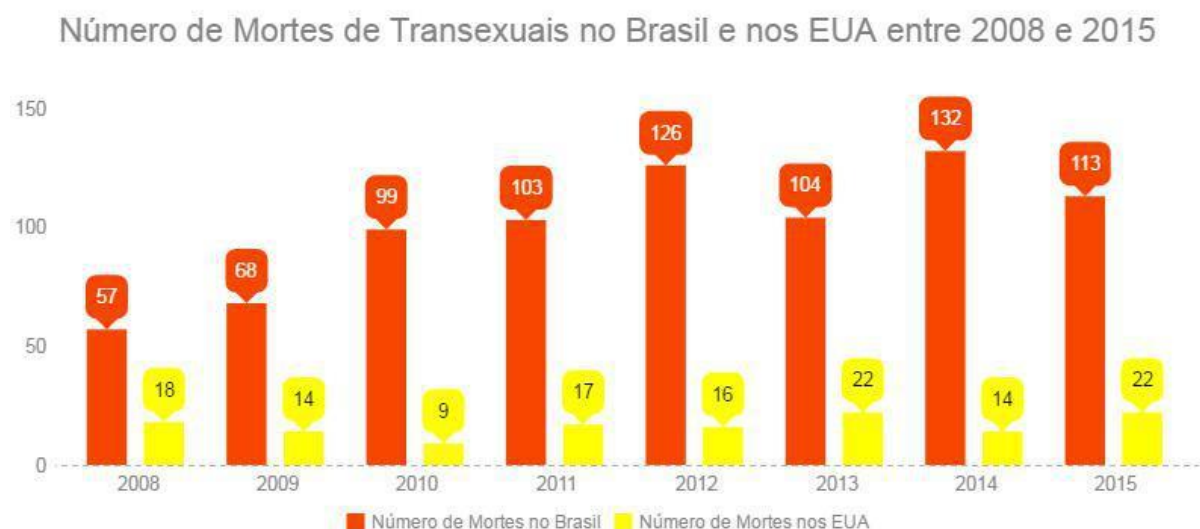
Não são apenas os homoafetivos que sofrem com perseguições e violências físicas. Os skinheads pregam a ideologia contra homossexuais, negros, judeus, nordestinos, mendigos e, muitas vezes, consumidores de drogas. Em São Paulo os representantes deste seguimento são chamados de Carecas do ABC. São responsáveis pelo espancamento de mendigos, pela morte de dois garotos judeus em 1992 e de um estudante negro em 1993, tendo maior repercussão no assassinato de Edson Nêris da Silva em fevereiro de 2000. O rapaz de 35 anos foi linchado e chegou ao hospital com fratura craniana, hemorragia interna, e ferimentos em todo o corpo, mas não resistiu ao espancamento. Noticiado pela ISTOÉ (COSTA, 2016):

a titular da Delegacia de Crimes Raciais e de Delitos de Intolerância de São Paulo (Decradi), a delegada Margarette Brreto afirma que sua equipe já mapeou 25 gangues que agem de maneira violenta em São Paulo. O lugar mais recorrente dos conflitos é a rua Augusta, zona central.

Ainda por COSTA (2016), o caso de crime de ódio de autoria de Lucas Rosseti, 21 anos, que assassinou a facadas o analista de sistemas Eugênio Bozola e o modelo Murilo Rezende da Silva em um apartamento na região nobre de São Paulo, chegando a anunciar em rede social que “estava infiltrado no mundo gay”.

Álvaro Ricardo já informava que “o Brasil é o país onde ocorrem mais assassinatos de homossexuais” (CRUZ, 2009). Doze anos depois a notícia é a mesma, de acordo com AYER (2017): “Matança da população LGBT foi recorde em 2016, com 347 mortes”. A partir do gráfico comparativo do número de mortes de transexuais no Brasil e nos Estados Unidos entre 2008 e 2015, por exemplo, é

possível identificar com clareza o “desastre LGBTfóbico”, nos temos de NEVES (2016):



Fonte: NEVES, 2016.

AYER (2017) informa também que, de acordo com o levantamento do Grupo Gay da Bahia, mais antiga associação de defesa dos homossexuais e transexuais do Brasil, “2016 foi o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) desde o início da pesquisa, há 37 anos”:

ASSASSINATOS DA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL



Fonte: AYER, 2017.

São crimes dotados de requinte de crueldade, portanto, percebe-se que a discriminação tem sobressaído ao campo moral e ferido a dignidade humana destes grupos que clamam urgentemente por socorro social e jurídico para que se façam valer os princípios constitucionais um dia elencados na Carta Mãe deste país.

5 ENTIDADES FAMILIARES: O NOVO PANORAMA DA FAMÍLIA HOMOAFETIVA SOB O PRISMA DA ADI 4277, ADPF 132 E RESOLUÇÃO Nº 175 DO CNJ

Para melhor entendimento das novas entidades familiares, resultado de uma longa jornada histórica, faz-se importante o estudo originário da família.

A origem familiar foi marcada pelo seu caráter matriarcal, sendo assim classificado pelo caráter coletivo das famílias (grupo familiar) em detrimento do seu aspecto individual. Implica dizer que em virtude da endogamia (prática sexual coletiva entre os membros do grupo), os pais eram desconhecidos e as crianças estavam intimamente ligadas à mãe que provia alimentos e educação. Com o decurso do tempo, guerras foram travadas e a distância da tribo propiciou a atividade sexual dos guerreiros fora dela (exogamia). A necessidade da atuação paterna na criação das crianças se tornou cada vez mais intensa e logo a monogamia ocupou lugar importante na estrutura familiar que se prolonga até os dias de hoje (VENOSA, 2007).

Em Roma, o casamento apresentou três diferentes formas. O casamento religioso (*confarreatio*) era fundamentado no intuito de perpetuar o culto aos deuses e antepassados do marido. Numa versão de negócio jurídico, a *coemptio* caracterizava a compra e venda, ou seja, quem exercia o pátrio poder sobre a mulher tinha o direito de vendê-la (VENOSA, 2007). Outra modalidade de casamento era baseada na posse. O homem adquiria a mulher pelo *usus*, esta se submetendo durante um ano aos poderes do marido, e constituía ainda, o patrimônio do interessado. Havia, ainda, casamento que não rompia o vínculo da mulher com a família originária, mesmo após a união com o marido. Finalmente surgiu a possibilidade dos nubentes se casarem tão somente pelo interesse individual, sem condições ou normas pré-estabelecidas, chamado *justae nuptiae* ou matrimônio livre (MONTEIRO, 2009).

Com o advento da revolução industrial e o ocaso da economia agrária da época, deu-se a alteração do fundamento familiar. Antes a família era dotada de caráter econômico em razão do sustento por parte do pai e, após a industrialização, ela foi considerada uma instituição, na qual se valora a moral, o sentimento, aspectos espirituais e mútua assistência. Vale ainda dizer que o controle da taxa de natalidade passou a uma fiscalização mais intensa, concluindo que, quanto mais desenvolvidos os países, menor o número de filhos por casal (VENOSA, 2007).

Família, pois, é considerada *lato sensu*, como o “conjunto de pessoas unidas por vínculo jurídico de natureza familiar”, compreendendo ascendentes e descendentes e ainda o cônjuge, mesmo este não sendo parente. Já em *stricto sensu*, o termo “compreende somente o núcleo formado por pais e filhos que vivem sob o pátrio poder” (VENOSA, 2007, p.18).

Entidade familiar é

[...] a conceituação que o texto constitucional de 1988, em seu art. 226, confere à família, que seria subdividida em espécies, sendo constituída: pelo casamento, união estável, pela formação por qualquer dos pais e seus descendentes (SILVA, 2016).

A partir do que reza o artigo 226 da Carta Magna, percebe-se de forma brilhante o avanço social que se deu nos últimos tempos. Isso porque o que antes legitimava a família era tão somente o casamento civil, mas atualmente tal concepção já foi refutada considerando também família “a relação entre o homem e a mulher e entre pais e descendentes, pouco importando a presença ou ausência do vínculo oficial entre os genitores” (GOMES, 2010, p.02). Implica dizer que “o casamento não é mais o único reduto da conjugalidade, mesmo porque as relações extramatrimoniais já dispõem de reconhecimento no âmbito do Direito de Família” (DIAS, 2000, p.70), deixando ele de ser uma regra de conduta para a constituição de família, e acolhendo também as relações familiares sem o instituto do casamento.

Sendo assim é plenamente aceitável como família qualquer relação duradoura, pública e contínua que tenha como base o vínculo afetivo. Como bem diz Maria Berenice Dias,

[...] está prevista a possibilidade de se aplicar a legislação das uniões estáveis – que são os vínculos extramatrimoniais – às uniões fáticas de pessoas capazes, que vivam em economia comum, de forma pública e notória, desde que não contrariem as normas de ordem pública e os bons costumes (2004, p.73).

Os vínculos homoafetivos já foram identificados como sociedades de fato e julgados com as regras do Direito das Obrigações. Foi em 2001 que, depois de provada a vida em comum, de forma contínua, pública e ininterrupta, deu-se pela primeira vez no Brasil o reconhecimento como entidade familiar do relacionamento entre duas pessoas do mesmo sexo pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio

Grande do Sul, já que tais relacionamentos nada se diferem dos vínculos heterossexuais, constituídos pelo afeto entre os conviventes (DIAS, 2004).

O texto da Resolução nº 175 da CNJ (2013) prega que:

“A Constituição Federal não faz a menor diferenciação entre a família formalmente constituída e aquela existente às rés dos fatos. Como também não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva. Por isso que, sem nenhuma ginástica mental ou alquimia interpretativa, dá para compreender que a nossa Magna Carta não emprestou ao substantivo “família” nenhum significado ortodoxo ou da própria técnica jurídica”.

É a ementa da ADIn 4277 (DISTRITO FEDERAL, 2011) e ADPF 132 (RIO DE JANEIRO, 2011):

TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA. RECONHECIMENTO DE QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO EMPRESTA AO SUBSTANTIVO “FAMÍLIA” NENHUM SIGNIFICADO ORTODOXO OU DA PRÓPRIA TÉCNICA JURÍDICA. A FAMÍLIA COMO CATEGORIA SÓCIO-CULTURAL E PRINCÍPIO ESPIRITUAL. **DIREITO SUBJETIVO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. INTERPRETAÇÃO NÃO-REDUCIONISTA. (Grifos nossos)**

Tem-se, pois, que a sociedade brasileira tem evoluído acerca desse tema. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), julgando a ADIn 4277 e a ADPF 132 em 05 de maio de 2011, reconheceram a união estável para casais homoafetivos, reconhecendo seu propósito de constituição familiar, ou seja, entidade familiar.

6 ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS NUMA VISÃO SOCIOLÓGICA E FILOSÓFICA

Para a melhor compreensão da temática acerca da adoção por homoafetivos a partir de uma visão sociológica e filosófica, é preciso realizar um estudo sobre a sexualidade e suas diversas fases de evolução até o que se entende hoje como tal.

Bem como qualquer identidade seja ela profissional, ética, racial, política ou religiosa, as identidades sexuais são construídas historicamente. No que tange as identidades heterossexuais e homossexuais, contudo, é percebida a crença de que são universais, como se desde sempre os seres humanos tenham sido classificados como homossexuais e heterossexuais. Há que se lembrar, pois, que o sexo e a sexualidade como hoje se compreendem, nem sempre foi assim. “Freud foi o primeiro e o único pensador a romper com a idéia fixista, criada no século XIX, de que sexo tem um único substrato ou suporte referencial” (COSTA, 1995).

Desde os primórdios havia a necessidade de constituir divisões entre os seres e estas deveriam ser aparentemente naturais, bem como trazia a doutrina do jusnaturalismo. Primeiramente, a ideia de sexo estava condicionada ao corpo masculino com base em seus órgãos reprodutores. A mulher era descrita como um homem invertido; “a idéia de diferença entre homem e mulher surgiu porque os ideais igualitários da revolução democrático-burguesa tinham que justificar a desigualdade entre eles, com o fundamento numa desigualdade natural” (COSTA, 1995).

Costa (1995) relata que, em seguida, no final do século XIX e início do XX, criou-se a ideia de instinto sexual, o qual explanava sobre a normalidade do sexo e o que se considerava patológico, surgindo a diferença entre homossexuais e heterossexuais. Sendo assim, o homossexual passou a ocupar o espaço que a mulher ocupava até o século XVIII, ou seja, foi intitulado homem invertido.

A partir de uma breve explanação cronológica sobre o tema, é possível perceber a necessidade social da existência de divisões sociais, ou seja, privilegiados e minorias desfavorecidas.

Há, porém que se lembrar que o Cristianismo não se opôs sempre à homossexualidade. Implica dizer que até meados do ano 1200, com exceção do período da queda do Império Romano, a Europa cristã aceitava o homossexualismo. No século IX diversos foram os códigos penais que tratavam sobre o assunto, difundidos pela Europa, mas nenhum proibía atos homossexuais, com a exceção da Espanha (HELMINIAK, 2011).

Do século XV ao XIX foi estabelecida uma moral na qual o sexo era visto apenas como função procriadora, argumento este também utilizado por religiosos nos dias de hoje contra o homossexualismo:

[...] os pecados sexuais eram concebidos de duas maneiras: os de acordo com a natureza (fornicação, adultério, incesto, estupro e rapto) e aqueles contrários à natureza (masturbação, sodomia, homossexualidade e bestialidade). O segundo grupo, aqueles contra a natureza, se tornava mais grave por ferir o critério da procriação, constituindo um abuso mais radical da sexualidade humana no discurso sedimentado historicamente (KOSNIK, 1982, p.62-63).

Acreditava-se que a única justificativa para a relação sexual era com o intuito da concepção. Muito se tem discutido a respeito, uma vez que muitas igrejas têm permitido o casamento entre casais que sabem serem estéreis ou até mesmo entre aqueles no qual a mulher já ultrapassou a idade para a fertilização. É notório, no entanto, que as igrejas não acreditam que a única e principal razão para a intimidade sexual é a reprodução (HELMINIAK, 2011).

Ocorre que os grupos religiosos, mantendo-se extremamente rígidos quanto à evolução social e apresentando-se sempre conservadores e inatingíveis no que envolve a minoria homoafetiva, esquecem que esta problemática vai além do aspecto divino e da interpretação dos ensinamentos de Deus, mas tem atingido a sociedade diretamente resultando no imenso número de crianças destinadas ao abandono seja nas ruas ou até mesmo em instituições que mesmo acolhendo estes menores, nunca conseguirão suprir a inserção familiar e a presença de um adulto como referência.

É o interesse do adotando que deve sobrepor o preconceito e não o contrário. Sob esse prisma, DIAS (2011) traz o conceito da posse do estado de filho, ou seja:

Reconhecida a existência de uma **filiação socioafetiva**, com relação aos dois parceiros, imperativo afirmar a possibilidade – ou melhor, a necessidade – de ambos, ainda que sejam do mesmo sexo, estabelecerem um vínculo jurídico visando, principalmente, à proteção de quem, afinal, é filho dos dois.

Quando se coloca o preconceito sobre o interesse do adotando, a sociedade estimula falas como da adolescente Mônica, 14 anos, que pertencia ao Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo (2012):

Estou aqui porque minha mãe não me quer. Não sei quem é o meu pai, o nome dele nem tá no meu documento. Nem minha vó sabe o nome dele. Eu queria uma família nova. Sei que se eu ficar aqui até os meus 18 anos eu não arrumo mais. Não vou ter meu futuro construído. Tenho esperança de ser adotada. A maioria dos pais quer adotar meninos pequenos, de cinco para baixo. Menininho assim, bebê. Eles vão crescer e vão pensar que são o próprio filho deles. Aqui no orfanato é ruim porque às vezes eu fico no canto e fico pensando na minha vida, me dá uma vontade de ir embora. Os dias mais alegres aqui são os dias de aniversário, a gente taca ovo nos meninos. Os dias tristes são quase todos os outros.

Aquelas crianças e adolescentes, quando atingem a maioridade e não foram acolhidas em um lar, estão à própria sorte e podem ser conduzidas à violência, marginalidade, envolvimento com o tráfico de drogas, ao desequilíbrio emocional e mental.

O filme “Cidade de Deus”, de Fernando Meireles, tem como núcleo central o fenômeno da violência e da criminalidade. O autor demonstra sempre a quase total falta de adultos, como se não existissem pais ou famílias e houvesse uma dominação por adolescentes e crianças. Na medida em que no filme crianças são totalmente abandonadas na rua, pode-se concluir que esse abandono produz uma definitiva falha estrutural psíquica, onde a regulação da agressividade fica prejudicada. O filme confirma essa hipótese com o exemplo do personagem Buscapé, pois dentre os demais, este é o único que escapa da triste realidade descrita, isso em virtude de pertencer a uma família onde há a presença de um pai e mãe realizando suas funções e estruturando aquele lar (TELLES, 2011).

“Falcão- Os meninos do tráfico”, um documentário produzido pela equipe da Rede Globo, Celso Athayde e o rapper MV Bill, transmitido no dia 19 de março de 2003 pelo Fantástico, também demonstrou a dura realidade nas favelas brasileiras atingindo adolescentes e crianças, apresentando-se a iniciação de crianças no tráfico e como todo o sistema funciona. No tocante ao tema deste estudo, ficou comprovado como a falta dos pais influencia diretamente a criminalidade vivida por diversos menores residentes nas periferias (FANTÁSTICO, 2006).

Fato é que o desamparo leva milhares de crianças e adolescentes a caminhos diferentes dos que garantidos a eles legalmente pelo ECA e pela Constituição da República/98. Questiona-se ainda em que a rigidez religiosa concernente à adoção por homoafetivos tem colaborado para beneficiar os menores desprovidos de teto, família, afeto e fadados ao abandono e à violência. Ocorre que a sociedade tem sido diretamente prejudicada pela sua própria negligência; tem pagado um alto preço em virtude da manutenção de um preconceito sem fundamento, fato este percebido pela intensa violência que tem tomado as cidades brasileiras, principalmente São Paulo com suas rebeliões carcerárias, lugar onde inevitavelmente estarão estes menores desamparados no futuro.

E o descaso da sociedade com os menores que se envolvem com o tráfico, direciona a consequências ainda piores como a própria morte, conforme notícia HENTGES (2017):

O adolescente Eriton Guimarães Beraldo, de 18 anos, mais conhecido como Meio Quilo, morreu baleado na noite de sexta (7), na rua Tapajós, no bairro Vila Bela, em Sorriso. Não foi repassado quantos disparos atingiram Eriton, no entanto, conforme a polícia, ele já tinha várias passagens pelos crimes de furto, roubo e tráfico de drogas.

Telles (2011, p.4) vai além:

Cidade de Deus nos faz pensar que a exclusão social e econômica têm efeitos muito mais terríveis do que costumamos admitir. Questiona até que ponto está uma larga parcela da população não só excluída dos bens culturais e do consumo, mas diretamente prejudicados no próprio processo de constituir-se como sujeitos humanos, dado que os cuidados específicos das funções paterna e materna lhe são privados na justa medida, deles tendo substitutos e derivados precários e insuficientes.

Sendo assim, há que se pensar em soluções mais coerentes com a situação fática no que tange o abandono de menores e sua privação do gozo de direitos que lhe são garantidos por serem imprescindíveis para um bom desenvolvimento físico, mental e psicológico, a fim de que sejam formados cidadãos conscientes de valores éticos e morais essenciais para o convívio social.

Se a sociedade encara tal hipótese como abominável, também assim não é considerado o fato de inúmeras crianças e adolescentes estarem vagando sem rumo pelas ruas sem amparo algum e se envolvendo com a marginalidade, prostituição e o tráfico de drogas que assola a realidade brasileira e compromete o futuro deste país? Não seria viável a concessão de uma solução mesmo que não agradasse parte da sociedade em detrimento de uma realidade que ataca e é desaprovada por todos? Vale mesmo fazer com que a coletividade pague este preço a favor da manutenção de um preconceito descabido e insensato?

O CNJ (2017) publicou dados importantes sobre o processo de adoção no Brasil. Enquanto tem-se 39.376 pretendentes a adotar, apenas 7.434 menores estão cadastrados para adoção. Irracional perceber que a realidade dos abrigos e das ruas não corresponde à realidade numérica. Quando outro dado surge, 74,37% dos pretendentes buscam crianças com menos de 4 anos e apenas 4,1% delas preenchem esse perfil, o irracional dá lugar ao real. Dos interessados a adotar, apenas 1% se direciona aos adolescentes, quando na verdade, dois terços dos adotandos estão cadastrados nessa situação. Talvez agora a matemática faça mais sentido. O que não faz sentido é perceber que “em Natal-RN, casais homoafetivos têm oferecido uma oportunidade maior para crianças e adolescentes com mais dificuldades para serem adotados, aqueles com idades acima dos 3 anos, portadores de deficiência e grupos de irmãos” (CNJ, 2016), e mesmo assim, a sociedade sustenta a barreira do preconceito.

Ainda, conforme publicado no infográfico pelo Jornal Nacional (2017), em Minas Gerais são 4.488 pretendentes, 784 crianças, sendo que apenas 57 foram

efetivamente adotadas em 2016. Em São Paulo o número de pretendentes cresce para 9.283, sendo 1.598, contudo os adotados foram apenas 216. No Rio de Janeiro a situação é desesperadora, considerando 3.478 pretendentes, 519 crianças e apenas 13 processos de adoção concluídos em 2016.

O esforço da sociedade em privar casais homoafetivos da constituição familiar não tem gerado os resultados que talvez sejam esperados. A reprodução assistida, através da inseminação artificial tem sido ainda mais procurada por casais do mesmo sexo. “O critério biológico, ligado aos valores simbólicos da hereditariedade, deve ceder lugar à noção de filiação de afeto, de paternidade social ou sociológica” (BRAUNER, 2006).

A própria averbação de dupla maternidade, uma realidade nos cartórios brasileiros, tem legitimado a formação familiar por pares do mesmo sexo. É o que se tem do Tribunal de Justiça de São Paulo (2015), por exemplo:

Registro Civil. **Averbação de dupla maternidade** de filha de mãe biológica que mantém união estável com a outra autora e que **planejaram juntas a gravidez por inseminação artificial de doador anônimo**. Considerações sobre decisões do STJ e do STF que recomendam **não mais criar óbice** quanto ao reconhecimento das uniões estáveis homoafetivas, nem ao **reconhecimento por autorização judicial sem natureza contenciosa de dupla maternidade no registro de nascimento**. Desnecessidade de ação judicial em alguma Vara da Família. Recurso do Ministério Público improvido. (TJ-SP - APL 00220968320128260100 SP 0022096-83.2012.8.26.0100 – 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Publicado em 30/07/2015. Relator Maia da Cunha. Julgamento 27/03/2014).

Sabidamente, DIAS (2000):

“Simplesmente encobrir a realidade não irá solucionar as questões que emergem quando do rompimento das relações que, mais do que sociedades de fato, constituem sociedades de afeto, o mesmo liame que enlaça os parceiros heterossexuais. **Necessário é encarar a realidade**, pois descabe estigmatizar quem exerce orientação sexual diferente” (DIAS, 2000). **(Grifos nossos)**

7 A LEITURA CONSTITUCIONAL, NORMATIVA E JURISPRUDENCIAL ACERCA DO TEMA.

O Estado Democrático de Direito tem por finalidade garantir a dignidade da pessoa humana, como reza de forma expressa o art. 1º, III do Texto Constitucional. Segundo Moraes (2011a, p.48):

[...] a dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem **menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. (Grifos nossos)**

A dignidade da pessoa humana abrange como consequência de sua existência, o direito à vida privada, à honra, à intimidade, à imagem, entre outros direitos que constituem o rol dos direitos humanos. O art. 226 da Carta Magna, em seu parágrafo 7º, confirma ainda a sua aplicabilidade de forma total ao livre arbítrio ao planejamento familiar vedando ao Estado medidas de coerção e exigindo que o mesmo propicie recursos para o exercício deste direito, com fulcro no princípio da dignidade humana e da paternidade responsável.

Os direitos individuais compõem os direitos de primeira geração e se consubstanciaram internacionalmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em Paris em 10 de dezembro de 1948, o que foi uma enorme conquista já que “até a fundação das Nações Unidas, em 1945, não era seguro afirmar que houvesse, em direito internacional público, preocupação consciente e organizada sobre o tema dos direitos humanos” (REZEK, 1996, p.223).

Ocorre que, mesmo que a Constituição Federal regulamente tal princípio, a problemática surge não da letra reguladora, mas da própria sociedade. O desafio enfrentado pela minoria homoafetiva conta com a hipocrisia de uma sociedade fraterna e que prioriza a dignidade dos seus e, por outro lado, com a dura realidade do preconceito e do descaso desta mesma sociedade que se externa de forma tão indiferente às necessidades daqueles que, por esta razão, encontram-se marginalizados.

Dias (2000, p.17) muito bem conclui esta situação ao afirmar que

[...] a sociedade que se proclama defensora da igualdade é a mesma que ainda mantém uma posição discriminatória nas questões da sexualidade. Nítida é a rejeição à livre orientação sexual. A homossexualidade existe e sempre existiu, mas é marcada pelo estigma do preconceito. Por se afastar dos padrões de comportamento convencional, é renegada à marginalidade. Por ser fato diferente dos estereótipos, o que não se encaixa nos padrões, é tido como imoral ou amoral, sem buscar-se a identificação de suas origens orgânicas, sociais ou comportamentais.

O princípio da igualdade ou da isonomia defende, conforme art. 5º, *caput* do Texto Constitucional, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, configurando a igualdade como um dos direitos individuais. O preâmbulo já afirmava que a igualdade é um dos valores supremos do Estado brasileiro. O art. 3º traz ainda, como meta do Brasil, a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. A partir da norma é possível contextualizar este direito à realidade deste país, como visto a seguir.

Duas são as dimensões que tangem o princípio da igualdade: formal e material. A igualdade formal é expressamente enunciada, como já estudado, no art. 5º, *caput* da Constituição da República de 1988, “cujos termos garantem a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Dito de outro modo, este princípio consagra o direito de todos a igual proteção da lei” (RIOS, 2002, p.128). No entanto, permitidas serão as desigualdades sem cunho odioso, ou seja, aquelas que forem devidamente fundamentadas em motivos racionais, “torna-se indispensável que exista uma justificativa objetiva e razoável, de acordo com critérios e juízos de valor genericamente aceitos, sempre em conformidade com os direitos e garantias constitucionalmente protegidos” (MORAES, 2011b, p.65), constituindo por sua vez, a igualdade material. A partir disso, percebe-se que a dimensão material do direito à igualdade “reclama tratar igualmente os casos iguais e desigualmente os casos desiguais, na medida da desigualdade” (RIOS, 2002, p.134).

Se o direito à igualdade condena a distinção entre pessoas, fato é que deverá ser concedido “o mesmo tratamento jurídico a todas as pessoas, sem distinção de orientação sexual homossexual ou heterossexual” (RIOS, 2002, p.129). E à luz do tema do presente trabalho, Andrade (2005, p. 119) entende que

[...] o Estatuto da Criança e do Adolescente não vincula a adoção a qualquer requisito que corresponda à sexualidade do indivíduo. Inexistindo vedação legal expressa, tanto pela Lei Maior quanto pela lei ordinária que regula o instituto, não é razoável exigir que uma pessoa, por ser homossexual, fique impedida de adotar se assim a lei não o determina.

Por fim, Rios (2002, p.136) constata que “o estágio do conhecimento humano que hoje compartilhamos desautoriza juízos discriminatórios com base exclusiva no critério da orientação sexual”. Submetendo-se às práticas diferenciadoras irracionais, estar-se-à ferindo a dignidade da pessoa humana e colocando por terra todas e

quaisquer garantias que visem assegurar a qualidade de sujeito de direito do ser humano.

As crianças e os adolescentes são protegidos pela Carta Magna, o que significa dizer que de acordo com seu art. 227, à eles estará sempre assegurado

o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão,

tarafa esta direcionada primeiramente à família, em seguida à sociedade e finalmente ao Estado.

O instituto da Adoção é devidamente tratado pelo ECA em seus artigos 39 a 52-D. O art. 42 reza que “podem adotar os maiores de vinte e um anos, independente de estado civil”, não sendo “mais necessário que a adoção plena seja feita por pessoas casadas” (GOMES, 2010, p.381). A adoção poderá ainda ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença, inclusive.

Nota-se, portanto, que nenhuma proibição existe no que tange à adoção por solteiros, desde que preencham os requisitos legais, e não há vedação alguma que aborde a orientação sexual.

Fato é que, aquele que esteja legalmente de acordo com as características exigidas pelo ECA, independente se homo ou heteroafetivo, não poderá ter seu direito cassado em virtude de tribunais conservadores que privam crianças e adolescentes de um novo lar e de novas perspectivas de vida, desconsiderando o art. 43 deste Estatuto que diz: “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos”, principal exigência implícita neste artigo.

Ainda, “como a lei não diferencia quanto ao direcionamento afetivo, o magistrado não pode fazê-lo, pois está distinguindo onde a norma não restringe” (SILVA, 2005, p. 154). Ocorre que, a partir da autorização da união estável por casais homoafetivos pelo Supremo Tribunal Federal, a adoção por casais do mesmo sexo se torna viável legalmente, especialmente pelo que dispõe o artigo 42, § 2º do ECA: “Para a adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente **ou**

mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família” (grifos nossos).

Prima-se neste momento pelo direito à convivência infantil no ambiente familiar, este também assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, em seu art. 19, o qual reza que

[...] toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (BRASIL, 2017c, p.918).

O número de desabrigados, sem teto e sem lar vem aumentando consideravelmente dia após dia, principalmente no que tange crianças de 0 a 18 anos. Esse desamparo segue, na maioria dos casos, de um completo abandono por parte de seus pais, ferindo a dignidade e os direitos destas crianças e adolescentes, uma vez assegurados pelo Texto Constitucional.

Medidas têm sido tomadas para a retirada de crianças das ruas e para oferecer à eles uma vida digna, seja na criação de abrigos, instituições especialmente voltadas ao acolhimento de crianças abandonadas, casas de recuperação para aqueles que além de solitários já sofrem com o vício do álcool ou de substâncias entorpecentes mesmo tão jovens.

Verifica-se que mesmo com a solidariedade social, a demanda não tem sido atendida e como se sabe, cresce diariamente. Nesse contexto, entre casais e solteiros que buscam sua realização pessoal no instituto da adoção, estão os homoafetivos.

Um novo cenário se abriu a partir da ADI 4277/11 e ADPF 132/11, bem como da Resolução nº 175/13 CNJ. É o que faltava para que a adoção por pares do mesmo sexo deixasse de ser uma lacuna legal, mas uma situação já consolidada e plenamente possível, alheia a qualquer ato de reprovação preconceituosa. Especialmente a partir da Resolução supramencionada, os cartórios de todo o país estão proibidos de impedir o casamento entre homoafetivos, o que naturalmente leva a crer que a legislação assume a união entre pares do mesmo sexo como entidade familiar:

RESOLVE:

Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Art. 2º A recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis. (Resolução nº 175 CNJ, 2013).

No que concerne à jurisprudência pátria, o deferimento da adoção por casal homoafetivo com o fundamento em ADI 4277 e ADPF 132, pelo Tribunal de Justiça do Paraná:

EMBARGOS INFRINGENTES - HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO - CASAL HOMOAFETIVO - MINISTÉRIO PÚBLICO QUE SUSTENTA A NECESSIDADE DE PREVALÊNCIA DO VOTO VENCIDO NO QUE CON CERNE À RESTRIÇÃO DE ADOÇÃO DE ADOLESCENTES A PARTIR DE 12 (DOZE) ANOS DE IDADE - **RECENTE DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NO JULGAMENTO DA ADI 4277 E DA ADPF 132, RECONHECENDO A UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR, PARA O FIM DE DAR AO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO, PARA DELE EXCLUIR QUALQUER SIGNIFICADO QUE IMPEÇA O RECONHECIMENTO DA UNIÃO CONTÍNUA, PÚBLICA E DURADOURA ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO COMO "ENTIDADE FAMILIAR", ENTENDIDA ESTA COMO SINÔNIMO PERFEITO DE "FAMÍLIA"** - RECONHECIMENTO QUE É DE SER FEITO SEGUNDO AS MESMAS REGRAS E COM AS MESMAS CONSEQUÊNCIAS DA UNIÃO ESTÁVEL HETEROAFETIVA - CARTA MAGNA QUE REMETE À LEI A INCUMBÊNCIA DE DISPOR SOBRE A ASSISTÊNCIA DO PODER PÚBLICO À ADOÇÃO, INCLUSIVE PELO ESTABELECIMENTO DE CASOS E CONDIÇÕES DA SUA EFETIVAÇÃO POR PARTE DE ESTRANGEIROS (§ 5º DO ART. 227); E TAMBÉM NESSA PARTE DO SEU ESTOQUE NORMATIVO NÃO ABRE DISTINÇÃO ENTRE ADOTANTE "HOMO" OU "HETEROAFETIVO" - PREVENÇÃO QUANTO À ORIENTAÇÃO SEXUAL DO ADOTANTE QUE SE REVELA INCONSTITUCIONAL - EMBARGOS REJEITADOS. (TJ-PR – Embargos Infringentes. Cível: EI 582499902 PR 0582499-9/02 PR 0582499-9/02. Relator: Antônio Loyola Vieira. Publicação DJ: 674. Julgamento 15 de junho de 2011.)

Ainda, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro se posicionando acerca da possibilidade da conversão de união estável de pares do mesmo sexo em casamento:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. REGISTRO PÚBLICO. CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM **CASAMENTO**. RELACIONAMENTO **HOMOAFETIVO**. POSSIBILIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 132 E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4277. EFICÁCIA ERGA OMNES E EFEITO VINCULANTE. RECONHECIMENTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DA UNIÃO **HOMOAFETIVA** COMO ENTIDADES FAMILIARES. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.723 DO CÓDIGO **CIVIL** CONFORME A CONSTITUIÇÃO. RECOMENDAÇÃO CONSTITUCIONAL CONFERINDO À UNIÃO ESTÁVEL **HOMOAFETIVA** OS MESMOS DIREITOS E DEVERES DOS CASAIS HETEROSSEXUAIS. (TJ-

RJ – APELAÇÃO APL 00798814120128190021 RJ 0079881-41.2012.8.19.0021. RELATOR: DES. JOSE CARLOS MALDONADO DE CARVALHO. Publicação em 31 de outubro de 2013. Julgamento em 2 de julho de 2013).

Dessa vez, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, pautando-se na Resolução nº 175 do CNJ:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. HABILITAÇÃO DE **CASAMENTO** DE PESSOAS DO MESMO SEXO. HOMOLOGAÇÃO. Tendo em conta a vedação às autoridades competentes de recusa de habilitação, celebração de **casamento** civil ou de conversão de união estável em **casamento**, entre pessoas de mesmo sexo, trazida pela **Resolução nº 175 do CNJ**, de rigor a manutenção da sentença que homologou a habilitação do **casamento** dos apelados. NEGARAM PROVIMENTO. (Apelação Cível Nº 70054229836, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 27/06/2013)

Nas palavras de VENOSA (2015):

E quando a sociedade brasileira, na sua considerável maioria, aceitar amplos direitos aos conviventes homoafetivos, a jurisprudência dará sua resposta definitiva, como já enceta os passos iniciais, e o legislador a seguirá.

8 ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS NO DIREITO COMPARADO

A adoção por homoafetivos tem surpreendido a sociedade internacional ao mostrar que alguns países já aderiram a esta prática de forma plena e muitos, por já permitirem a união entre casais do mesmo sexo, estão a um passo desta mesma realidade. Impossível não perceber que inúmeros países além de não despertarem para o desenvolvimento familiar neste sentido, repreendem, criticam profundamente e deixam os valores sociais e culturais a qual pertencem preponderar ao sofrimento de diversas crianças que clamam por um lar. Mas a esperança de que ocorram mudanças vem do próprio interesse de países que mesmo conservadores possuem uma visão crítica e verdadeira dos fatos e percebem a necessidade de alterações jurídicas que acompanhem a constante evolução social.

De acordo com JUSTIFICANDO (2017):

A Holanda foi o primeiro país do mundo a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em abril de 2001. Depois outros 12 países europeus seguiram seus passos: Bélgica, Espanha, Noruega, Suécia, Portugal, Islândia, Dinamarca, França, Grã-Bretanha (sem a Irlanda do Norte), Luxemburgo, Irlanda (após um referendo) e Finlândia.

JC Online (2017) informa:

Quanto à adoção, Holanda (desde 2001), Dinamarca, Suécia, Espanha, Bélgica, França e Reino Unido autorizam a adoção por casais do mesmo sexo, por união ou casamento. Ainda há muito a avançar: vários países, como Finlândia, Alemanha e Eslovênia autorizam pessoas homossexuais a adotarem apenas os filhos do seu cônjuge. Já outros sequer preveem essa possibilidade.

A aprovação do casamento homoafetivo na Bélgica se deu em 2003, na Espanha em 2005, no Canadá em 2005 (legalizado pela Suprema Corte em junho de 2015), na África do Sul em 2006, na Noruega, México e Suécia em 2009, em Portugal, Argentina e Islândia em 2010, na Dinamarca em 2012, Uruguai, Nova Zelândia e França em 2013, Inglaterra, País de Gales, Escócia e Luxemburgo em 2014, Finlândia, Irlanda e Estados Unidos em 2015, Colômbia em 2016 e Alemanha em 2017. No Oriente Médio, Israel é considerado um país pioneiro pelo respeito aos direitos dos homossexuais. O casamento não é legalizado, mas é reconhecido quando se realiza no exterior” (JC Online, 2017).

Em 30 de junho de 2017, a Alemanha que já permitia a União Civil entre pessoas do mesmo sexo, aprovou o projeto de lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo por 393 deputados (JUSTIFICANDO, 2017).

Considerável é a evolução destes países que já estão buscando a adaptação das normas jurídicas ao desenvolvimento social.

Para o Brasil, Norma do Conselho Nacional de Justiça passou a vigor para todos os cartórios do país em 14 de maio de 2013. Trata-se da Resolução nº 175/13 do CNJ. São palavras da Ministra Carmen Lúcia: “(...) a isonomia entre casais homoafetivos e pares homoafetivos somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família”. É manifestação do Supremo Tribunal Federal reconhecendo o casamento entre pares de mesmo sexo e a adoção de criança por casais homoafetivos, nos próprios termos de notícia publicada no site oficial Portal Brasil (2015).

GARONCE (2017) informa que já foram registrados cerca de 15 mil processos oficiais em todo o país, 433 casamentos civis ou conversões de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo apenas no Distrito Federal. Segundo a autora, “Vários são os reflexos dessa decisão, já que os casais homoafetivos passaram a ter todos os direitos e obrigações previstos em lei e firmadas no contrato, como a partilha de bens e herança de parte do patrimônio do cônjuge em caso de morte”.

O que não é possível compreender é a permanente dificuldade nos processos de adoção, mesmo quando a legitimidade do ato é cristalina. Infelizmente, em diversos casos, o preconceito sobrepõe a legalidade. AFONDOPULUS (2015) revela que:

A frase “A comunidade sente-se aliviada por alguém, no caso o abrigo, assumir a pobreza. Sente que tem alguém para fazer aquilo que ela não pode, não sabe ou não quer”, retrata bem esse pensamento e remete a uma reflexão: será que a sociedade, que muitas vezes lava suas mãos diante da difícil realidade dessas crianças, tem o direito de impedir que elas sejam presenteadas com um lar cheio de amor e afeto, pelo simples fato de que os interessados em sua adoção sejam casais homoafetivos?

E prossegue:

Existe um estudo que indica que a maioria dos casais homoafetivos adota aquelas crianças que apresentam as maiores dificuldades, como, por exemplo, crianças mais velhas, filhos de pais com problemas de dependência química ou crianças de outras culturas, pelo simples fato de que as crianças mais “saudáveis” são adotadas por famílias heterossexuais, as quais contam com a preferência das agências de adoção. Isso demonstra claramente que os casais homoafetivos são mais livres de qualquer tipo de preconceito em relação às crianças a serem adotadas, não restando dúvidas de que sua opção em adotar estará apoiada no verdadeiro amor e no afeto.

Junto à difícil aceitação da sociedade brasileira, a morosidade do judiciário também contribui para que o processo de adoção seja ainda mais lento e doloroso para ambas as partes: para as crianças que desejam ansiosas por um lar, mas também para o casal que sonha com o modelo de família que sim, tem os filhos fazendo parte. Importante o que João Pedro diz, através da reportagem de ALMEIDA (2017) sobre esse viés social:

Sou casado há sete anos com o Bruno e nós estamos há dois anos na fila de adoção, esperando nosso filho chegar. É preciso discutir, batalhar, lutar para que a sociedade mude esse pensamento. Eu não desejo que o meu filho sofra com isso. Ele será filho de um casal homossexual e não merece passar por esse preconceito. Ninguém merece passar por isso”.

Contudo, alguns bons exemplos precisam ser mencionados. O Tribunal de Justiça do Piauí (2014), por exemplo, através do Provimento nº 24/2012 informa que

O Piauí foi o sexto estado do Brasil a reconhecer o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em igualdade de direitos em relação a casamentos entre pessoas de sexo oposto. Com o Provimento nº 24/2012 foram assegurados aos casais homoafetivos nesse tipo de união os mesmos direitos assegurados em um casamento heteroafetivo quanto a partilha de bens, declaração de estado civil, herança e adoção de filhos.

Interessante, ainda a história de Toni Reis e David Harrad publicada por DEL RE (2017) em homenagem ao Dia Nacional da Adoção:

O professor Toni Reis, de 52 anos, e o tradutor David Harrad, de 58, estão juntos desde 1990 e têm três filhos adotivos, Alyson, de 16 anos, Jéssica, de 14, e Filipe, de 11. Mas esse não foi um processo fácil. Por volta do ano 2000, eles começaram a falar em adoção. Tinham em mente se tornar pais de um menino e uma menina, com cerca de 6 anos. A partir de 2005, no entanto, o casal enfrentou uma longa luta para conseguir realizar seu sonho, numa época em que a adoção de criança por casais homoafetivos ainda não era reconhecida – isso só veio a acontecer graças a uma decisão histórica da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2015, que reconheceu justamente o direito de David e Toni de adotar uma criança. (...) Foi então que o casal soube de Alyson, que morava numa abrigo no Rio e tinha 9 anos na época, acima da idade que eles tinham cogitado ali no começo. Em princípio, Alyson não queria ser adotado por eles, ao saber que o casal adotante em potencial era gay. Mas, com o tempo, aceitou conhecê-los. E eles se aproximaram cada vez mais a cada passeio juntos. (...) Em 2014, Toni e David receberam um comunicado do serviço social da Vara do Rio sobre Jéssica, então com 10 anos, e lá foram eles e o filho Alyson conhecê-la. A menina tinha um irmão, Filipe, de 8. “Filipe me deu um abraço apertado e falou: ‘eu quero uma família’. Não tinha nem o que dizer, vamos comprar um beliche”, conta Toni. Alyson ganharia, então, mais dois irmãos. “No começo, achei estranho ter dois pais, mas depois passei a aceitar”, diz Jéssica, ao blog. “Superrespeito e sou superfeliz”, completa ela. (...) Com infâncias marcadas por percalços, Alyson, Filipe e Jéssica, têm, hoje, uma outra vida. Eles estudam – Filipe e Jéssica nunca tinham frequentado colégio antes, conta Toni – e já planejam seus futuros profissionais. Jéssica é modelo e quer ser médica; Filipe planeja ser veterinário e lutador de boxe; e Alyson gosta de dança e pretende fazer Direito. No mais, os cinco têm uma rotina de alegrias e dificuldades, como qualquer outra família. E um foi aprendendo com o outro. ‘Eu não conhecia essas músicas de funk, achava muito vulgar. Fui percebendo que têm algumas músicas de funk que falam muito da história das pessoas, das comunidades, e eles começaram também a gostar de música clássica, MPB, nossos gostos foram se misturando. No pendrive do carro, tem músicas nossas e deles, é questão de aprendizado. Eles não serão minha fotocópia, e isso é importante’.

Importante relatar uma decisão recente tomada pelo Conselho da Justiça Federal (2017) que alterou resoluções internas e ampliou a licença-adotante dos servidores para 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias concedendo, então, o mesmo prazo às mães de recém-nascidos:

Temos hoje vários tipos de composições familiares, e é necessário que o serviço público acompanhe essas mudanças. Entendendo sempre que o essencial é a garantia do afeto, da proteção, do cuidado a uma criança que chega a uma nova família. Seja essa família composta só de homens, só de mulheres ou apenas de um homem ou uma mulher. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CJF.*

Os casos trazidos ao presente estudo são importantes para a compreensão do tema atualmente. Isso confirma que, apesar da atual legitimidade da adoção por casal homoafetivo, o preconceito é falácia que se arrasta pelo tempo e que a o

judiciário tem se deparado com essas circunstâncias há alguns anos. Trata-se inequivocamente de limitação social por parte do preconceito enraizado na cultura do nosso país, muito mais do que ato de justiça. Percebe-se que o Judiciário tem cumprido seu papel, apesar de a aplicabilidade efetiva da justiça extramuros restar comprometida pelo que as famílias constituídas pela adoção homoafetiva passam a enfrentar no dia a dia.

9 PRINCIPAIS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS: QUADRO COMPARATIVO.

Maria Berenice Dias (2011) ensina:

Diante do conceito aberto de família substituta (ECA 28), nada impede que duas pessoas adotem, independentemente da identidade sexual. (...) Basta registrar o adotando como “filho de”, acrescentando o nome dos pais. (...) É enorme a dificuldade em aceitar os pares do mesmo sexo como família. Há cerca de que se trata de relacionamento isento de perfil de retidão e moralidade. Isso tem o nome de discriminação.

Fácil notar, portanto, que apesar de não haver óbice legal atualmente, a aceitação social da adoção homoparental ainda é comprometida e caminha em passos lentos em relação ao entendimento do Judiciário. Nesse sentido, importante se faz verificar quais são os principais argumentos favoráveis e contrários à adoção por casais de mesmo sexo. Senão vejamos:

| Aspectos Contrários | Aspectos Favoráveis |
|---|---|
| O convívio com homossexuais leva a criança a uma vida promíscua e desregrada. | “A orientação sexual não é causa determinante no desenvolvimento de uma criança, até porque muitos heterossexuais têm vidas atribuladas e desregradas e seus filhos não adquirem tais características” (ANDRADE, 2005, p.114). Cabe dizer que o preconceito impera em tal alegação, uma vez que é cada vez mais comum noticiar atitudes deploráveis de filhos de casais heterossexuais que contrariam a criação |

| | |
|---|---|
| | <p>que receberam, a exemplo do caso Suzane von Richthofen e dos irmãos Cravinhos, acusados pela morte dos pais da primeira no dia 31 de outubro de 2002.</p> |
| <p>São suscitadas dúvidas quanto ao sadio desenvolvimento do adotado no que tange à dificuldade do mesmo em se relacionar com um parceiro do sexo oposto que saiba e aceite a existência de dois pais ou duas mães.</p> | <p>A sociedade está em constante evolução e à medida que o preconceito deixe de imperar, as pessoas aceitarão mais facilmente a existência de famílias homoparentais e estas se tornarão tão comuns como as heterossexuais. [...] a proibição de adoção fundada exclusivamente na homossexualidade revela ausência de fundamentação racional suficiente para a imposição de um critério discriminatório, proceder que afronta, gravemente, o princípio constitucional da igualdade (RIOS, 2001, p. 140).</p> |
| <p>A adoção por homoafetivos contraria os bons costumes e as crenças religiosas. É considerada uma alteração da família criada por Deus e desrespeito à moral social.</p> | <p>“A família evoluiu, deixando de ter como base o trio pai, mãe e filho e passando a reconhecer, constitucionalmente, como entidade familiar aquela monoparental, baseada em mãe e filho ou pai e filho, razão pela qual não existe empecilho para a adoção por casais homossexuais” (ANDRADE, 2005, p.117).</p> <p>Entende-se, portanto, que a família tradicional, dita criada por Deus, tem sido alterada há anos, acompanhando a evolução social e tendo o suporte judicial em diversos casos. O casamento</p> |

| | |
|---|---|
| | já não é mais prioridade como antes e o que supera é o afeto, não importando a orientação sexual dos interessados. |
| O adotado pode vir a ser alvo de repúdio no meio que frequenta ou vítima do escárnio por parte de colegas e vizinhos, resultando em problemas de inserção social. | “Não foram constatados quaisquer efeitos danosos ao normal desenvolvimento ou à estabilidade emocional decorrentes do convívio de crianças com pais do mesmo sexo” (DIAS, 2004, p.124). Implica dizer que o repúdio é resultado do preconceito dos pais transmitidos aos seus filhos. |
| A criação do adotado por casais heterossexuais é mais responsável e equilibrada. | “Segundo uma pesquisa realizada sobre o assunto, nenhum pai homossexual quer que seu filho o seja também. Não existe registro de abuso sexual de crianças por casais homossexuais. Em compensação, entre os pais heterossexuais, o índice é assustador: 23% das meninas brasileiras são abusadas sexualmente por pais e padrastos. Se formos olhar estatisticamente, os homossexuais são melhores pais que os heterossexuais” (DIAS, S.D) |
| A homossexualidade é uma doença e pode atingir o adotado. | A Organização Mundial da Saúde desclassificou o homossexualismo como doença mental em 1990 (SANTOS, S.D). Rios (2001) avança no tema: “Isto porque, enquanto modalidade de orientação sexual, não serve de caracteres de doença, morbidez, desvio ou anormalidade em si mesma, não autorizando, portanto, a sustentação de |

| | |
|---|---|
| | um regra geral impeditiva da adoção”. |
| A falta de referências comportamentais de ambos os sexos pode acarretar sequelas de ordem psicológica e dificuldades na identificação sexual do adotado, podendo este vir a se tornar um homossexual. | “Nada comprova que a falta do modelo heterossexual acarreta perda de referências a tornar confusa a identidade de gênero” (DIAS, 2004, p.124-125). Vale dizer que inúmeros são os homoafetivos originados das famílias tradicionais, ou seja, este não é o fator determinante da opção sexual do adotado. |
| Não há lei no país que permita a adoção deste gênero. | “Não há impedimento legal para esta modalidade de adoção, diante do conceito aberto de família substituta, que não apresenta restrições com base na orientação sexual dos postulantes” (PEREIRA, 2015). |

Fonte: Elaboração da autora.

Galdino Augusto Coelho Bordallo (in PEREIRA, 2015) se manifesta no sentido de que: “através da adoção será exercida a paternidade em sua forma mais ampla, a paternidade do afeto, do amor. (...) Só uma pessoa verdadeiramente amadurecida terá condições de adotar, de fazer esta escolha, de ter um filho do coração”.

É possível concluir, citando o art. 43 do ECA, que “a adoção será deferida quando apresentar vantagens reais para o adotando e fundar-se em motivos legítimos”. Sendo assim, “a adoção dependerá da conduta do adotando, não importando se é hetero ou homossexual” (VIEIRA, 2002).

O indeferimento do pedido de adoção em razão da orientação sexual do interessado evidencia diversas consequências infelizes enfrentados pelas crianças e adolescentes no Brasil tais como a marginalidade, o envolvimento e tráfico de drogas, o abandono, a fome, a mortalidade infantil, o desemprego entre estes jovens em virtude do baixo desenvolvimento intelectual e a falta de perspectiva de vida. Outra consequência desta realidade remete-nos aos direitos patrimoniais referentes à adoção. Se adotada, a criança “passa a ter todos os direitos pertinentes à filiação,

guarda, alimentos e sucessórios” (GOBBO, 2000), o que é juridicamente inviável na improcedência do pedido de adoção.

Santana (2003) trata desta questão quando escreve que:

Permitir a adoção por homossexuais ajuda a minimizar o drama destas crianças e adolescentes, pois poderiam ser educados com toda a assistência material, moral e intelectual e receber afeto, amor e carinho, para no futuro se tornarem adultos normais e aptos para uma vida como a de qualquer outra criança nascida e criada em um lar comum, em vez de serem relegadas ao abandono e à marginalidade.

Quanto ao candidato à adoção, o indeferimento reflete uma agressão aos seus direitos garantidos constitucionalmente pelo princípio da igualdade e uma demonstração de preconceito, bem como Ribeiro (2003, p.12) menciona:

Sob o prisma constitucional, não é possível excluir o direito individual de guarda, tutela e adoção – garantido a todo cidadão – face a sua preferência sexual, sob pena de infringir-se o respeito à dignidade humana, o princípio da igualdade e a vedação de tratamento discriminatório de qualquer ordem.

Nesse sentido, RIOS (2001):

Com efeito, as discriminações verificadas em matéria de adoção, fundadas tão somente na orientação sexual do adotante, por constituírem preconceito infundado, revelam-se arbitrárias e sujeitam-se à decretação de nulidade jurídica, por ofenderem diretamente o princípio constitucional da igualdade.

10 CONCLUSÃO

Constatou-se, pois, que a manifestação dos homossexuais cada vez mais intensa na sociedade em busca da efetividade de seus direitos concernentes à adoção, configura-se vitoriosa na esfera jurídica em prol da necessidade e do bem-estar dos menores trazendo benefícios e solucionando diversos problemas sociais, apesar de revelar uma enorme resistência por parte da coletividade em seus diversos setores para com a aceitação desta nova realidade, dificultando a realidade dessa nova família.

O presente estudo trouxe a real finalidade do instituto da adoção que é a constituição familiar por meio da incorporação do adotado sem reservas ou diferenças em relação à filiação biológica. Partindo da vontade dos interessados no

procedimento e o preenchimento de todos os requisitos legais exigidos para tanto, não resta elemento que torne ilegítima a concessão e do direito em adotar.

Considerando-se a prática da homossexualidade na história, percebe-se que desde a Grécia Antiga esta era realizada como forma de transmissão do saber, diferente da conotação dada na atualidade. Com a imposição da Igreja e seus valores, a homoafetividade foi vista como aberração e desrespeito à vontade divina, uma vez que contrariava os propósitos religiosos da procriação e da família instituída por Deus. Porém, com o passar dos anos, a entidade familiar tradicional veio se transformando e aceitando outras formas de composição bem como a família monoparental, a legalização da união estável homoafetiva, e recentemente a viabilidade do casamento por pares do mesmo sexo, que traz consigo o direito à adoção.

Este processo evolutivo refletiu nos interesses dos homossexuais que desejam constituir uma família, mesmo contando com a impossibilidade biológica de gerar filhos, recorrendo ao instituto da adoção. Fato é que o Direito caminhou nos últimos anos em direção à Justiça, garantindo os direitos fundamentais e constitucionais dos pares homoafetivos no que diz respeito à constituição de família, seja na oficialização de união estável ou casamento, mas também no processo de adoção. Não se compreende, portanto, porque alguns magistrados ainda se posicionam de forma diversa. Nesta situação é fácil perceber como os princípios da igualdade e dignidade da pessoa humana encontram-se feridos sem pudor por parte da própria sociedade que assume um discurso de ódio, já que a norma não mais se coloca como óbice à concessão do pedido de adoção.

Entende-se que é preciso encarar os problemas sociais transformando assuntos polêmicos em soluções benéficas à coletividade em geral. A resistência à adoção pelos interessados homoafetivos, contribui com a marginalidade, prostituição, tráfico de drogas e a criminalidade em geral, sendo que estes menores sem amparo se veem inteiramente responsáveis por si mesmos, ditando as próprias regras e lançando mão de qualquer meio que os leve à satisfação de suas vontades, mesmo que rompendo com a moral social e religiosa.

Faz-se necessário desconsiderar o preconceito e os valores ético-morais extremamente rígidos que não contribuem para o bem estar dos menores à espera de um novo lar.

A partir do momento que a norma consente sobre o casamento e a adoção sem mencionar limites ou restrições em relação à sua orientação sexual, a improcedência do pedido ou a rejeição social reflete inegável cunho preconceituoso.

Sendo assim, a adoção não pode estar condicionada à preferência sexual, sob pena de infringir o respeito à dignidade humana, assegurado pelo princípio da igualdade que proíbe a discriminação de qualquer natureza, caracterizando a relevância social do trabalho desenvolvido.

Nos termos de VENOSA (2015): “E quando a sociedade brasileira, na sua considerável maioria, aceitar amplos direitos aos conviventes homoafetivos, a jurisprudência dará sua resposta definitiva, como já enceta os passos iniciais, e o legislador a seguirá”. Ainda, DIAS (2016):

“Crianças e adolescentes têm, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar. Negar ao pai o seu filho é arrancá-lo do seu lar, é roubar-lhe o direito à vida, à saúde, à educação e jogá-lo à margem da sociedade. Não dá para negar cidadania a alguém cujo pecado é ser filho do afeto” (DIAS, 2016).

REFERÊNCIAS

AFONDOPULOS, Christiane. **A incrível dificuldade da sociedade em aceitar a adoção homoafetiva. Publicado em mar. 2015.** Disponível em <<http://lounge.obviousmag.org/chrizoca/2015/03/a-incrivel-dificuldade-da-sociedade-em-aceitar-a-adocao-homoafetiva.html>> Acesso em 19 jul. 2017.

ALMEIDA, Denise. **Panfletos homofóbicos e sabotagens em obra: casal sofre ataques em Curitiba.** Publicado em 14 abr. 2017. Disponível em: <<https://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2017/04/14/panfletos-homofobicos-e-sabotagens-em-obra-casal-sofre-ataques-em-curitiba.htm>> Acesso em 19 jul. 2017.

ALMEIDA, São José. **O Estado Novo dizia que não havia homossexuais, mas perseguia-os.** Publicado em 17 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2009/07/17/sociedade/noticia/o-estado-novo-dizia-que-nao-havia-homossexuais-mas-perseguias-1392257>> Acesso em 21 abr. 2017.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. Adoção entre pessoas do mesmo sexo e os princípios constitucionais. **Revista brasileira de direito de família**, Instituto Brasileiro de Direito de Família, São Paulo, ano 6, n. 30, 2005.

AYER, Flávia; BOTTREL, Fred. **Brasil é país que mais mata travestis e transexuais.** Publicado em 09 mar. 2017. Disponível em <<http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>> Acesso em 21 abr. 2017.

BÍBLIA sagrada. A.T. São Paulo: Pastoral, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1998: atualizada até a emenda constitucional nº 84, de 2014. 7ª ed. São Paulo: Jurídica Manole, 2015.

_____. **Código civil.** Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Vade Mecum acadêmico de direito. Organização Anne Joyce Angher. 24 ed. São Paulo: Rideel, 2017a.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Adoção.** Dispõe sobre o processo de adoção no Brasil. Publicado em 2017b. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>> Acesso em 21 abr. 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Casais homoafetivos são o equivalente a 10% dos que adotam em Natal.** Publicado em 22 set. 2016. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/83511-casais-homoafetivos-sao-o-equivalente-a-10-dos-que-adotam-em-natal>> Acesso em 21 abr. 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 175. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Publicada em 14 maio 2013. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>> Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Vade Mecum acadêmico de direito. Organização Anne Joyce Angher. 24 ed. São Paulo: Rideel, 2017c.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. **Casamento desfeito, transitoriedade e recomposição familiar.** In: SOUZA, Ivone M.C. Coelho de. *Casamento: uma escuta além do judiciário.* Florianópolis: Voxlegem, 2006. p. 292-310.

CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO. Conselho Nacional de Justiça. S.D. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20530-cadastro-nacional-de-adocao-cna>> Acesso em 25 abr. 2017.

COSTA, Flávio. Ameaça skinhead. **Revista IstoÉ**. Publicado em 21 jan. 2016. Disponível em <http://istoe.com.br/160628_AMEACA+SKINHEAD/> Acesso em 13 jun. 2017.

COSTA, Jurandir Freire. A constituição cultural da diferença dos sexos **Revista Sexualidade, gênero e sociedade**. Publicação semestral. Ano 2, n. 30, junho de 1995.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença**. 3ª ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2009.

DEL RE, Adriana. **Casal homoafetivo usa rede social para divulgar sua história e incentivar a adoção tardia**. Publicado em 25 maio 2017. Disponível em <<http://emails.estadao.com.br/blogs/familia-plural/casal-homoafetivo-usa-rede-social-para-divulgar-sua-historia-e-incentivar-a-adocao-tardia/>> Acesso em 19 jul. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

_____. **Em defesa da mulher e das uniões homoafetivas**. Revista Justilex. S.D. Disponível em <<http://www.mariaberenicedias.com.br/site/frames.php?idioma=pt.>> Acesso em 19 jul. 2017.

_____. **Filhos do afeto**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. Porto Alegre: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2011.

_____. União homossexual- aspectos sociais e jurídicos. **Revista Brasileira de Direito de Família**, n. 4, jan./ mar. 2000.

DISTRITO FEDERAL. **Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 4277**. Publicação em DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-03 PP-00341. Julgamento em 5 de maio de 2011. Relator Ministro Ayres Britto.

FANTÁSTICO. Globo. **Falcão- meninos do tráfico**. 19 mar. 2006. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1159915-4005,00.html>>. Acesso em: 16 set. 2011.

GARONCE, Luiza. **Casamento gay no Brasil completa 4 anos de regulamentação; leia histórias.** Publicado em 15 maio 2017. Acesso em <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/casamento-gay-no-brasil-completa-4-anos-de-regulamentacao-leia-historias.ghtml>> Acesso em 19 jul. 2017.

GOBBO, Edenilza. A adoção por casais homossexuais. **Revista Consulex**, n. 47, a. IV, nov. 2000.

GOMES, Orlando. **Direito de família**: 20. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2010.

GRUPO DE APOIO À ADOÇÃO DE SÃO PAULO. Publicado em 2012. Disponível em <http://www.gaasp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=55> Acesso em 25 abr. 2017.

HELMINIAK, Daniel. **Argumentos religiosos contra a homossexualidade.** Disponível em: <<http://www.ex-aequo.web.pt/religiao.html>>. Acesso em: 24 jul 2011.

HENTGES, Anderson. **Com passagens pelo tráfico de droga, menor é encontrado morto em Sinop.** Publicado em 10 abr. 2017. Disponível em <<http://www.rdnnews.com.br/policia/com-passagens-por-trafico-de-droga-menor-e-encontrado-morto-em-sinop/83426>> Acesso em 21 abr. 2017.

JC ONLINE. **Veja onde o casamento homossexual é legalizado.** Publicado em 30 jun. 2017. Disponível em <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/internacional/noticia/2017/06/30/veja-onde-o-casamento-homossexual-e-legalizado-292711.php>> Acesso em 19 jul. 2017.

JORNAL NACIONAL. **Adotar.** Os números da adoção por estado. Infográfico elaborado em 10 abr. 2017. Publicado em 02 maio 2017. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/jornal-nacional/2017/adocao/>> Acesso em 19 jul. 2017.

JUSTIFICANDO. **Alemanha legaliza casamento homoafetivo. Veja quais países no mundo já legalizaram.** Publicado em 30 jun. 2017. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/30/alemanha-legaliza-casamento-homoafetivo-veja-quais-paises-no-mundo-ja-legalizaram/>> Acesso em 19 jul. 2017.

LUSA. Adoção por casais homossexuais possível em cerca de 20 países. **Mundo ao minuto.** Publicado em 18 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.noticiasao minuto.com/mundo/488510/adocao-por-casais-homossexuais-possivel-em-cerca-de-20-paises>> Acesso em 21 abr. 2017.

MONTEIRO, Washington de Barros, **Curso de direito civil**: direito de família: V. 2. 39. ed. São Paulo: Ed Saraiva, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011a.

_____. **Direito constitucional**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011b.

NEVES, Pedro. Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo e os números assustam. **Agência Jovem de Notícias**. Publicado em 12 jun. 2016. Disponível em < <http://www.agenciajovem.org/wp/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-lgbt-no-mundo-e-os-numeros-assustam/>> Acesso em 21 abr. 2017.

PARANÁ. **Tribunal de Justiça do Paraná**. Embargos Infringentes. Cível: EI 582499902 PR 0582499-9/02 PR 0582499-9/02. Relator: Antônio Loyola Vieira. Publicação DJ: 674. Julgamento 15 de junho de 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**: direito de família: v. 5. 18. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2010.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Tratado de Direito das Famílias**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015.

PIAUÍ. Tribunal de Justiça. **Piauí tem primeiro registro de união estável homoafetiva em penitenciária**. Publicado em 2014. Disponível em <<https://tj-pi.jusbrasil.com.br/noticias/140229552/piaui-tem-primeiro-registro-de-uniao-estavel-homoafetiva-em-penitenciaria>> Acesso em 19 jul. 2017.

PORTAL BRASIL. **STF reconhece adoção de criança por casal homoafetivo**. Publicado em 20 mar. 2015. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/ministra-do-stf-reconhece-adocao-de-crianca-por-casal-homoafetivo>> Acesso em 19 jul. 2017.

PORTOWEB. **17 de maio**: dia internacional contra a homofobia. S.D. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pwdtcomemorativas/default.php?reg=21&p_sec_ao=13> Acesso em 21 abr. 2017.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

RIBEIRO, Thaysa Halima Sauáia. Adoção e sucessão nas células familiares homossexuais. Equiparação à união estável. **Jus navegandi**, Teresina, n. 62, a.7, fev. 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3790>>. Acesso em: 20 abr 2011.

RIO DE JANEIRO. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132**. Publicado em 05 de maio de 2011. Relator: Ministro Ayres Britto.

_____. **Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro**. APELAÇÃO APL 00798814120128190021 RJ 0079881-41.2012.8.19.0021. RELATOR: DES. JOSE CARLOS MALDONADO DE CARVALHO. Publicação em 31 de outubro de 2013. Julgamento em 2 de julho de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Apelação Cível Nº 70054229836, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 27/06/2013.

RIOS, Roger Raupp. **A homossexualidade no direito**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2001.

_____. **O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

RODRIGUES, Sílvia. **Direito civil: direito de família**. v. 6. 28. ed. São Paulo: Ed Saraiva, 2004.

SANTANA, Eunices Bezerra Santos e. **A omissão da legislação civil pátria na regulamentação das uniões homoafetivas, frente à compatibilidade dessas relações com a Constituição Federal de 1988**. Monografia apresentada à Universidade Tiradentes como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Direito. 2003.

SANTOS, Fábio. **Homossexualidade não é doença segundo a OMS; entenda**. S.D. Disponível em <<https://vidaeestilo.terra.com.br/ha-21-anos-homossexualismo-deixou-de-ser-considerado-doenca-pela-oms,0bb88c3d10f27310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html>> Acesso em 25 abr. 2017.

SÃO PAULO. **Tribunal de Justiça de São Paulo**. APL 00220968320128260100 SP 0022096-83.2012.8.26.0100 – 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Publicado em 30 jul. 2015. Relator Maia da Cunha. Julgamento 27/03/2014

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 32ª ed. São Paulo: Ed. Forense, 2016.

SILVA, Enézio de Deus Silva. Adoção por casais homossexuais. **Revista brasileira de direito de família**, Instituto Brasileiro de Direito de Família, São Paulo: ano 6, n. 30, 2005.

TELLES, Sérgio. **Cidade de Deus**: a exclusão e o processo civilizatório. Disponível em: <http://www.adroga.casadia.org/news/cidade_de_deus.htm>. Acesso em: 24 jul 2011.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: direito de família. v. 6. 7. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **A família conjugal**. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Tratado de direito das famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015. 1024p.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. União civil entre pessoas do mesmo sexo: família homoafetiva. **Relatório de Jurisprudência IOB**, Caderno 3, n. 17, 1ª quinzena set. 2002.

WALD, Arnoldo. Curso de Direito Civil Brasileiro. **O novo direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2004.